

após a aprovação da Lei de uso e ocupação do Solo - LUOS, em 2019, foi iniciado um processo de dinamização para trabalhar os aspectos da Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas, principalmente, analisar o que necessita ser melhorado em cada Região Administrativa. A partir desse processo foram iniciados estudos para propor soluções de melhoria nas cidades, que serão apresentados adiante. Com a palavra, o senhor Rubens Santoro agradeceu a presença da comunidade e desejou que a reunião fosse esclarecedora e produtiva. Ato contínuo, passou-se ao item 2. Apresentação Técnica: a senhora Letícia Luzardo iniciou a apresentação técnica do Plano de Intervenção Urbana - PIU do Lago Sul, explicando que a metodologia utilizada para o estudo é a mesma de todas as outras regiões administrativas e o material disponibilizado no prazo adequado, conforme a Lei nº 5.081, de 2013, bem como a apresentação da minuta do projeto de lei complementar que propõe alterações à lei complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019. Adiante, seguiu-se ao item 3. Abertura das manifestações orais, sendo necessária a prévia inscrição. As falas seguirão a ordem de inscrição e devem respeitar os tempos de duração: 5 minutos, quando se tratar de representante de entidades e 3 minutos no caso de manifestações individuais. O senhor Eduardo Moreira Lima, representante do Conselho Comunitário do Lago Sul, agradeceu pela oportunidade de participação e pontuou sobre a preocupação da comunidade acerca da preservação da natureza residencial da referida região administrativa, solicitando que essa deliberação seja um ponto de reflexão das autoridades competentes. Posteriormente, o senhor Leonardo Veiga Avaloni, Representante da Associação Comercial e Empreendedora do Lago Sul, parabenizou pelo trabalho desenvolvido na região. Ato seguinte, a senhora Sílvia Seabra solicitou que sejam revistas as questões afetas à segurança pública, em relação à transtornos causados pelo escritório de advocacia em frente à sua casa e vagas de estacionamento nas áreas do Lago Sul. Após, o senhor Alexandre Sampaio Azevedo inferiu sobre a ilegitimidade dos mapas apresentados no projeto e solicitou que as propostas pautadas, por meio dos questionários realizados com a comunidade, fossem disponibilizadas e apresentadas baseadas na visão da Seduh. Seguidamente, o senhor Carlos Campos pontuou que o trabalho desenvolvido fosse organizado e apresentado para o público, modificando as nomenclaturas de endereçamento de forma que fosse de fácil entendimento para a comunidade. Concluiu enfatizando que os moradores do Lago Sul não desejam o licenciamento de novos escritórios de advocacia sem que haja um regramento real e efetivo das utilizações. Ato contínuo, o senhor Luiz Carlos Garcia Coelho inferiu que a comunidade do Lago Sul deseja que a referida Região Administrativa continue como bairro residencial, sem a implantação de novas áreas comerciais. Adiante, o senhor Jason Frasukieurz discorreu sobre as questões afetas aos ciclistas, solicitando que sejam separadas as áreas de ciclovia e criadas novas, preservando a segurança e o bem-estar de quem utiliza essas áreas. Com a palavra, o senhor Pedro Gadelha questionou e opinou sobre a forma de utilização de chácaras na região do Lago Sul. Seguidamente, a senhora Juliana Caetano solicitou melhoria na acessibilidade das áreas residenciais da região do Lago Sul. Posteriormente, o senhor Jorge Dantas inquiriu acerca dos desdobramentos que acontecerão após a Audiência Pública que foi realizada, quais são os próximos passos e se serão realizadas as ações propostas pela comunidade. Ato seguinte, o senhor Sylvain Levy parabenizou pelo trabalho realizado e propôs a realização de algumas outras reuniões para continuar debatendo acerca dos temas propostos. Concluiu solicitando que fossem revistas as atribuições concedidas ao termo "atividade econômica". Após, a senhora Natanry Ozório, presidente da AMLAC, inferiu que o desejo da comunidade do Lago Sul é que seja mantida, na região, suas características originais de área exclusivamente residencial. Ato contínuo, o senhor Ricardo Caddah, questionou sobre a preservação ambiental e a quantidade de lotes e casas sendo construídas na região. Seguidamente, o senhor Sérgio Gonçalves pontuou que o projeto apresentado pela Seduh é interessante, porém não contém substâncias que embasam uma discussão. Ato contínuo, o senhor Pedro Fortes propôs que fosse organizado um setor de área comercial, para que os moradores possam usufruir das belezas do Lago Sul sem se preocupar com trânsito, filas e que tenha um ambiente acolhedor. O senhor Luiz Felipe Arena enfatizou que as propostas apresentadas estão dentro dos parâmetros que a comunidade necessita para que haja a evolução da cidade. Posteriormente, o senhor Guilherme Jaganu, presidente da Associação Colina Dom Bosco, inferiu que a experiência de ter comércio nas áreas residenciais foi uma experiência malsucedida, pois ocasionou aumento de pessoas nos conjuntos habitacionais, excesso de carros e dificuldade para estacionar. Concluiu solicitando que esta questão fosse revista dentro do Plano de Intervenção para que os moradores voltem a ter vida tranquila no Lago Sul. Ato seguinte, a senhora Nick Tzemos, reforçou que o Conselho Comunitário do Lago Sul deseja que na região sejam mantidas apenas residências, sem a intervenção ou criação de novos locais comerciais. Após, o senhor Rogério Meneguim, Representante da Associação de Moradores da QLI12, pleiteou que sejam realizados novos esclarecimentos acerca das propostas apresentadas pela Seduh e propôs que o tema seja debatido outras vezes. Finalizadas as inscrições de fala, seguiu-se ao item 4. Encerramento: Com a palavra, o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu a participação de todos os presentes e pontuou que a Seduh colheu todas as informações apresentadas pela comunidade e, posteriormente, serão publicadas as considerações que foram acatadas ou não, e os demais motivos. Após, o Administrador Regional do Lago Sul, o senhor Rubens Santoro, agradeceu pela participação de todos e concluiu enfatizando que isso reflete no aperfeiçoamento da democracia participativa. Seguidamente, o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva declarou encerrada a Audiência Pública.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária de Estado, Substituta

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

LETÍCIA LUZARDO

Subsecretária de Desenvolvimento das Cidades - SUDEC/SEDUH

## SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

### INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL

ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL  
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO  
DE VIZINHANÇA - RIVI

PARCELAMENTO DE SOLO URBANO  
SETOR ECONÔMICO DE SANTA MARIA

Ao dia dez de outubro de dois mil e vinte e quatro, por meio de evento virtual, às dezenove horas, com ponto de acesso presencial e transmissão ao vivo pelo Canal do YouTube do Brasília Ambiental, o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM/DF realizou a Audiência Pública Virtual, com transmissão ao vivo pelo YouTube, de apresentação e discussão do RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIVI) para parcelamento de solo urbano do empreendimento denominado SETOR ECONÔMICO DE SANTA MARIA, localizado na na fazenda Saia Velha, na Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII), Distrito Federal. PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: 00391-00004385/2023-96, TIPO DE LICENÇA: LICENÇA PRÉVIA - LP, TIPO DE ATIVIDADE: PARCELAMENTO DE SOLO URBANO, INTERESSADO/EMPREENDEDOR: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. Empresa Responsável pela Elaboração do Estudo/Relatório: Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda-EPP. Para as pessoas com dificuldade ou sem acesso à internet foi disponibilizado um espaço para acompanhamento da audiência pública no endereço: Galpão Cultural de Santa Maria, localizado na Quadra Central 01 (QC 01), Conjunto H, ao lado do Restaurante Comunitário, na Região Administrativa de Santa Maria, Brasília/DF. A Audiência Pública foi aberta pelo representante da Superintendência de Licenciamento Ambiental, Sr. ANTONIO CARLOS PAIM TERRA. O servidor presidiu e iniciou com as boas vindas e apresentação dos tramites da audiência pública. Após as orientações iniciais foi passada a palavra ao representante da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda-EPP, Sr. Carlos Christian Della Giustina, para apresentação pessoal e exposição técnica do estudo ambiental. A exposição técnica foi realizada por meio de vídeo explicativo que abordou os principais pontos dos estudos, o diagnóstico ambiental da área do empreendimento, sua proposta de projeto e implantação, seus aspectos e impactos ambientais e por fim as medidas mitigadoras propostas. Após a exposição, foi realizado o intervalo de quinze minutos previsto na norma. Finalizado este intervalo, a audiência foi retomada pelo Sr. ANTONIO CARLOS PAIM TERRA, que mais um vez reforçou sobre os trâmites legais para participação dos interessados na audiência pública. Dando sequência, as pessoas inscritas fizeram suas contribuições/questionamentos à mesa. Os participantes foram ouvidos e respondidos pela Sra. Bianca Ilha, da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, e pelos demais membros da mesa. O servidor ANTONIO CARLOS PAIM TERRA prestou informações sobre os trâmites de licenciamento ambiental dos processos de parcelamento de solo e conduziu a audiência para sua conclusão. Por fim, foi realizado o encerramento da audiência pública, reforçando-se as formas de participação. Conforme o Regulamento da audiência pública, independente de ter participado ou não da transmissão ao vivo da audiência pública, qualquer cidadão pode, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data de realização da audiência pública, encaminhar suas contribuições, questionamentos ou solicitar a anexação de documentação pelo email: licenciamento.ibram@gmail.com ou sulam@ibram.df.gov.br, onde serão posteriormente respondidas e incluídas na Ata completa que será publicada em até 30 (dias) após a data de realização da audiência pública. Respeitado o prazo de dez dias não foram recebidas novas contribuições e participações sobre a audiência pública. Cumpre destacar que esta participação é parte integrante da audiência pública, fazendo parte de seu escopo e realização. O vídeo da audiência pública fica disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental para poder ser acessado posteriormente. As instruções relativas aos canais de transmissão e respectivos procedimentos para acesso foram divulgadas previamente, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização da audiência pública, no endereço eletrônico [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br) e ficam disponíveis após o encerramento da Audiência Pública para aqueles que quiserem acessar posteriormente. Os estudos e a documentação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br). A ata sucinta deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de realização da audiência pública. A ata completa (degravação) deverá ser anexada ao processo de licenciamento e publicada no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da audiência pública. A Audiência Pública transcorreu de maneira adequada e de acordo com o regulamento previsto. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata.

RONEY NEMER

Presidente